

O estruturalismo althusseriano e o método de intervenção política em Gramsci: notas sobre tradições marxistas conflitantes.

Hugo Villaça Duarte*

Resumo: O tema do presente artigo consiste em apresentar um debate sobre concepções teóricas distintas do marxismo. Mais especificamente, analisaremos dois conceitos centrais para compreensão deste debate: a versão althusseriana do materialismo histórico e a categoria gramsciana de filosofia da práxis. Assim, investigaremos como a corrente althusseriana, ao apresentar um modelo geral de funcionamento das sociedades humanas, inviabiliza a perspectiva de transformação social a partir da práxis. Em contraposição a esta corrente, demonstraremos que a concepção materialista de Gramsci permite perceber a sociedade como um terreno de lutas.

Palavras-Chave: Estruturalismo althusseriano, filosofia da práxis, materialismo histórico.

Abstract: The theme of this article is to present a theoretical debate on different conceptions of Marxism. Specifically, review two main concepts to understanding this debate: the Althusser's version of historical materialism and the category of Gramscian philosophy of praxis. This way, we will analyze the theory of Althusser as a general model of functioning of human societies that can not be understood the social transformation by the practice. Although this theory claims, we will demonstrate that the materialist conception of Gramsci allows understand the social struggles.

Key-Words: Althusser's structuralism, philosophy of praxis, historical materialism.

Nascido em 1918 em Birmandreis, na Argélia, Louis Althusser atuou na Segunda Guerra Mundial, na qual se tornou prisioneiro na Alemanha de 1940 a 1945 no *stalag* XA do Schleswing-Holstein. Ao longo destes cinco anos, Althusser entrou em contato com o marxismo por intermédio de René Michaud. Na França, Althusser formou-se em filosofia, ganhando destaque como professor da Escola Normal Superior da rua de Ulm e como militante do Partido Comunista, ao qual aderiu em 1948. Já o italiano Antonio Gramsci, natural da Sardenha (1891), ingressou no Partido Socialista Italiano em 1914 e foi um dos fundadores do periódico *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Gramsci participou ativamente da

* Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da CAPES.

organização dos Conselhos de Fábrica dos operários turinenses e da Greve de Turim. Ainda na década de 20, Gramsci funda o Partido Comunista Italiano, elegendendo-se deputado em 1924. Dois anos após, ele é processado e encarcerado, assim ficando até 1937, libertado somente uma semana antes de sua morte. Na prisão, começa a escrever os *Quaderni*, em 1929, concluindo-os em 1935.

Versar sobre estes autores é certamente uma empreitada árdua. Se por um lado, Althusser foi o principal representante marxista do método de análise denominado estruturalismo,¹ especialmente após a publicação de *Pour Marx* (1965) e *Lire le Capital* (1966) - exercendo grande influência principalmente no meio acadêmico, inclusive no Brasil,² ao longo das décadas de 1960 e 1970. Por outro, após as publicações dos Cadernos do Cárcere – editadas por Togliatti em 1947 e 1951, e por Guerratana em 1975 -, Gramsci ganha grande destaque nos debates marxistas.

Não obstante a importância das experiências políticas e do impacto das obras destes intelectuais no pensamento marxista, advertimos o leitor de que as próximas páginas não estão dedicadas a esta tarefa. Nosso objetivo neste artigo é apresentar como o conceito de materialismo histórico formulado pela corrente teórica althusseriana³ a partir de interpretações da obra de Karl Marx acaba por inviabilizar a possibilidade de transformação social através da *práxis*. E, em contraposição a esta corrente, demonstraremos a perspectiva revolucionária presente na concepção materialista de Antonio Gramsci. Para tanto, abordaremos em especial os conceitos de *filosofia da práxis* e de *hegemonia*, teorizados pelo marxista italiano.

Deve-se, contudo, fazer algumas ressalvas. Queremos indicar que nossa tarefa neste presente trabalho não levará em consideração os temas relativos à “filosofia” althusseriana, tais como a caracterização do processo de conhecimento através do esquema das “três generalidades” e a identificação de uma “censura epistemológica” no pensamento de Marx. Nem tão-pouco pretendemos esgotar todas as formulações teóricas presentes na obra de Gramsci, mas estaremos atentos as suas contribuições para a concepção da sociedade como um terreno de lutas, ou melhor, da história como um processo, marcado por contradições e disputas políticas.

¹ Para maiores detalhes sobre o estruturalismo, ver: DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

² Sobre a influência do estruturalismo althusseriano no Brasil, ver: SAES, Décio. **O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira**. In: MORAES, Joaquim de. **História do Marxismo no Brasil**, volume III. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

³ Embora Louis Althusser seja considerado o principal intelectual do estruturalismo marxista, outros autores contribuíram para a formação deste pensamento, o que justifica o uso da expressão *corrente teórica*. Nesse sentido, recorreremos aos demais autores, sempre que for necessário.

Totalidade social estruturada e a Teoria de Transição

Defendendo a tese de que Karl Marx teria realizado uma “descoberta científica sem precedentes na História” (ALTHUSSER, 1967:8), ao fundar a ciência da história, Althusser procura apresentar as especificidades desta descoberta. Isto fica exposto de forma detalhada em *Análise crítica da teoria marxista*, tradução de *Pour Marx*, obra na qual autor esclarece que “Marx funda, com efeito, uma nova problemática, um novo modo sistemático de apresentar as questões ao mundo, novos princípios e um novo método. Essa descoberta está contida imediatamente na teoria do materialismo histórico [...]”. (Ibid:202).

Uma vez definido o caráter científico da teoria marxista, a corrente althusseriana trata de abordar o objeto central da ciência da história, isto é, busca apresentar os elementos que caracterizam o materialismo histórico como “um novo método”. Em *Ler o Capital*, Althusser afirma que o objeto da história como ciência é a “totalidade (social) complexa”. (ALTHUSSER; BALIBAR & ESTABELT, 1980:51). Esta totalidade é entendida por Althusser como uma unidade estrutural – vale dizer, uma estrutura -, formada por uma articulação de diversas estruturas, correspondentes, cada uma, a um nível ou instância do social. Segundo Althusser, o estudo dessa totalidade se faz necessário, na medida em que permite compreender uma determinada *formação social*,⁴ mais especificamente, a “forma de *coexistência* de seus membros como as relações constitutivas e estrutura da própria história.” (Ibid:37-38).

Cabe destacar que o conceito de totalidade social ou estrutura social total é utilizado como sinônimo de modo de produção em *Análise crítica da teoria marxista*. No entanto, somente em *Materialismo histórico e materialismo dialético* é que a corrente althusseriana explica de forma mais detida a relação entre esses conceitos. Nas palavras de Althusser:

“A teoria da história, teoria dos diferentes modos de produção é, por seu próprio direito, a ciência da ‘totalidade orgânica’ (Marx) ou a estrutura que constitui toda formação social dependente de um modo de produção determinado. [...] A teoria da história ou materialismo histórico é a teoria da natureza específica desta ‘totalidade orgânica’ ou estrutura, e portanto do conjunto de seus ‘níveis’ e do tipo

⁴ De acordo com Althusser, o termo “formação social”, empregado por Marx, pode ser interpretado como um conceito abstrato que substitui a noção ideológica de “sociedade”, designando “o objeto da ciência da história enquanto totalidade de instâncias articuladas sobre a base de um modo de produção determinado.” ALTHUSSER, L., BALIBAR, E. e ESTABELT, R. **Ler O Capital**. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 160, nota 5.

de articulação e de determinação que os une uns aos outros.” (ALTHUSSER & BADIOU, 1979:35).

Ora, se o objeto do materialismo histórico é a teoria dos diferentes modos de produção - e, ao mesmo tempo, é a ciência da totalidade social -, logo, o modo de produção passa a designar a articulação de múltiplas estruturas. Note-se que, mesmo indiretamente, as estruturas ganham destaque nas formulações teóricas da corrente althusseriana. Por estrutura, podemos depreender um conjunto de valores, ou seja, trata-se de um padrão valorativo que definiria os limites das atividades sociais.⁵

É importante, entretanto, ressaltar que a relação entre estruturas e o objeto do materialismo histórico revela outro aspecto central da teoria althusseriana, a saber, o conceito de modo de produção passa a indicar não um conjunto de forças produtivas e relações de produção, mas sim um complexo estrutural formado por níveis e instâncias determinadas. Visto isso, impõe-se agora apurar a abordagem dos autores althusserianos a respeito deste tema.

Etienne Balibar sustenta que a formação social é constituída por três níveis: a base econômica, as superestruturas jurídicas e políticas e as formas ideológicas (ALTHUSSER; BALIBAR & ESTABELT, 1980:157). No entanto, alertamos para o fato de que a corrente althusseriana não apresenta uma unidade teórica no que diz respeito à eleição dos níveis de uma dada formação social. O próprio Balibar descarta a fórmula trinitária, optando pela relação entre base x superestrutura (Ibid:175). O modelo binário é utilizado com maior frequência por Althusser, para o qual “certas relações de produção supõem, como condição de sua própria existência, a existência de uma superestrutura jurídico-política e ideológica.” (Ibid:127).

A opção pelo modelo trinitário ou binário, contudo, não resolve por completo o problema teórico proposto pela corrente althusseriana. Cabe ainda respondermos à seguinte questão: de que forma estes níveis ou instâncias encontram-se articulados em uma determinada formação social? Para esta pergunta, Alain Badiou apresenta o conceito de determinação como recurso analítico. De acordo com Badiou, “a distinção dos níveis de uma formação social [...] está pressuposta na própria construção do conceito de determinação,

⁵ Para maiores detalhes sobre este conceito, ver: POULANTZAS, Nicos. **Gramsci: entre Sartre et Althusser**. Les Temps Moderns, n° 234 (novembro de 1965).

visto que a determinação não é *outra coisa* senão a estrutura com dominante definida *sobre* o conjunto de instâncias.” (ALTHUSSER & BADIOU, 1979:26-27).

Ainda nessa direção, Badiou defende que as estruturas relativas à totalidade social encontram-se dispostas, ou organizadas, de acordo com um critério hierárquico, responsável por estabelecer um conjunto de relações de dominação/subordinação entre essas estruturas. Este critério hierárquico, portanto, é definido pela estrutura dominante que, por sua vez, estabelece os “lugares” nos quais as demais instâncias articulam entre si. Dito de outra forma, a estrutura dominante distribui os lugares e define as funções das outras instâncias.

A esta unidade estrutural articulada, Althusser acrescenta que somente uma estrutura exerce a função de *estrutura em última instância determinante* dentro do modo de produção (ALTHUSSER, 1967:178). Sendo assim, o caráter hierárquico da relação entre as estruturas e a distribuição dos lugares nesta relação são determinados invariavelmente por uma única estrutura da totalidade social: a estrutura econômica. A determinação em última instância demonstra que a economia exerce o papel central no processo de formação da totalidade social, isto é, no desenvolvimento histórico.

Em linhas gerais, vimos que, para a corrente althusseriana, o objeto do materialismo histórico é o modo de produção, formado por uma combinação de diversas estruturas, na qual o econômico desempenha a função decisiva, vale dizer, determinante. No entanto, ainda nos resta abordar mais um elemento teórico, já que para Althusser, “o materialismo histórico tem por objeto os *modos de produção* que surgiram e que surgirão na história. Estuda sua estrutura, sua constituição e as formas de transição que permitem a passagem de um modo de produção para outro.” (ALTHUSSER & BADIOU, 1979:34).

Em *Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico*, Balibar dedica-se de modo rigoroso e sistemático a elaboração uma teoria de transição dos modos de produção. A transição, adverte Balibar, “não pode ser um momento, por mais curto que seja, de desestruturação. Ela é por sua vez um movimento sujeito a uma estrutura que se impõe descobrir.” (ALTHUSSER; BALIBAR & ESTABELT, 1980:236). Esta passagem revela que o processo de transformação das sociedades nada mais é do que a configuração de uma estrutura social total característica dos momentos de transição. Em outras palavras, isto significa dizer que a transição é definida como um modo de produção específico. Posicionando-se desse modo, o autor afirma que “as formas de passagem são por sua vez ‘formas (particulares) de manifestação’ [...] dessa estrutura geral: são portanto elas mesmas

modos de produção. Implicam por conseguinte as mesmas condições que qualquer modo de produção [...].” (Ibid:237).

Os períodos de transição são caracterizados “pelas formas de não-correspondência, pela *coexistência* de vários modos de produção.” (Ibid:273). Esta fórmula expressa a existência de defasagens na estrutura econômica em relação às demais instâncias de um determinado modo de produção, configurando, desta forma, uma não correspondência entre os modos de produção envolvidos no processo de transição. “Fica claro assim que a *defasagem* das relações e das instâncias nos períodos de transição apenas reflete a *coexistência de dois modos de produção* (ou mais) *numa única ‘simultaneidade’, e a dominância de um sobre o outro.*” (Ibid).

Assim como as análises sobre a totalidade social, o estudo do processo de transição é essencialmente abstrato, característico do rigor teórico imposto pela corrente althusseriana. Esta constatação nos remete à seguinte questão: Balibar aborda as disputas políticas em suas reflexões sobre o período de mudança social? Ainda que de forma esquemática e incipiente, Balibar insere as lutas sociais ao afirmar que “o movimento de produção produz, pela concentração da produção e pelo aumento do proletariado, uma das condições da forma particular que a luta de classes assume na sociedade capitalista”. (Ibid:257).

A referida particularidade das lutas no processo de transição não é pormenorizada por Balibar. O autor afirma apenas que a estrutura política desempenha um papel dominante na transição de um modo de produção a outro, permitindo a transformação das relações de produção. Em suma, as lutas de classe assumem o caráter de um dispositivo teórico, uma espécie de catalisador em meio a um conjunto de fórmulas.

O materialismo da práxis

Em *Notas Críticas sobre uma Tentativa de “Ensaio Popular” de Sociologia*, Gramsci adverte que a “teoria da filosofia da *práxis*’ deveria significar uma sistematização lógica e coerente dos conceitos filosóficos que são difusamente conhecidos sob o nome de materialismo histórico [...].” (GRAMSCI, 1991:149). Partindo desta assertiva fundamental, impõe-se agora investigarmos as contribuições de Gramsci para a concepção materialista do marxismo.

Tendo em vista que a produção teórica de Gramsci está intimamente relacionada a uma perspectiva transformadora – isto é, conhecer a realidade social implica em modificá-la -, o autor desenvolve o conceito de filosofia da práxis, ou materialismo histórico, afirmando haver uma vinculação indissolúvel entre conhecimento e práxis. Para compreendermos as implicações teóricas desta definição, devemos, antes de mais nada, avaliarmos como o conhecimento e a prática social, ou a luta política, encontram-se relacionados na dinâmica da totalidade social. Para Gramsci,

“A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é um reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a inversão da práxis. Se se forma um grupo social 100% homogêneo ideologicamente, isto significa que existem em 100% as premissas para esta inversão da práxis, isto é, que o ‘racional’ é real ativa e atualmente. O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real).”
(Ibid:52-53).

Ao afirmar que estrutura e superestruturas formam um conjunto complexo e contraditório, o marxista italiano defende que a totalidade social – ou, se preferirmos, o processo histórico – é material e historicamente determinado. E é nessa direção que Gramsci destaca que as ideologias⁶ refletem as contradições presentes na estrutura econômica. Contudo, isto não significa dizer que a totalidade social é “estruturada” e que, portanto, não há possibilidade de intervenção transformadora e concreta. Pelo contrário, as condições objetivas em que o conhecimento é produzido permitem a “inversão da práxis”. Mas a eficácia da ação e da luta depende de uma homogeneidade ideológica.

Quando Gramsci fala em homogeneidade ideológica, devemos ter em mente o processo em que os grupos sociais criam uma unidade intelectual e moral ao organizarem seus interesses e projetos políticos. Para Gramsci, este complexo processo está estreitamente ligado à estrutura, ou mais especificamente, ao grau de desenvolvimento das forças materiais de

⁶ Vale frisar que Gramsci descarta a concepção negativa de ideologia, presente nas definições clássicas do marxismo. Por ideologia, Gramsci entende um sistema de idéias que gera atitudes concretas. Para uma definição ampla deste conceito em Gramsci e em outros autores marxistas, ver: BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

produção e, conseqüentemente, às funções e posições ocupadas pelos agrupamentos sociais na própria produção. Trata-se do que o pensador italiano definiu como relação de forças. Por sua vez, esta relação de forças pode ser analisada e diferenciada em diversos momentos, de acordo com

“grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. [...]. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. [...]. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”. (GRAMSCI, 2001:40-41).

É neste terceiro momento que o partido torna-se responsável por formar e organizar a vontade coletiva de um determinado grupo social, isto é, criar uma unidade em torno dos interesses de classe. A vontade coletiva é traduzida em projetos políticos que devem ser irradiados

“para toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.” (Ibid:41).

Em suas reflexões sobre a relação de forças, Gramsci demonstra não só como um determinado grupo social constrói o seu poder hegemônico dominante sobre os grupos dominados, mas também como os grupos dominados podem, conforme a conjuntura histórica, responder contraditoriamente a determinadas demandas e orientações, abrindo espaço para a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia. Ora, se considerarmos que a construção deste poder hegemônico está intimamente ligada à organização política

conquistada a partir das relações sociais estabelecidas no processo produtivo, concluiremos que a unidade intelectual e moral – vale dizer, a consciência de classe – é formada em um terreno de luta política.

E da mesma forma, se partimos do pressuposto de que todo conhecimento é determinado pelas contradições presentes na estrutura econômica, logo, a filosofia da práxis é também determinada historicamente e materialmente. Mas a especificidade da filosofia da práxis, apontada por Gramsci, reside não somente neste fator, mas na sua relação entre conhecimento e prática – ou dito de outra forma, entre conhecimento e luta política. Isto significa dizer que o materialismo histórico é fruto das disputas políticas e, ao mesmo tempo, detém a função de orientar a ação, uma vez em que seus conceitos asseguram a organização das “massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1991:62-63). Portanto, para compreender o método de intervenção política presente no pensamento gramsciano é necessário não perdermos de vista as suas contribuições teóricas para concepção de materialismo histórico.

Considerações finais

Ao discutir as contribuições teóricas de Althusser e Gramsci para o conceito de materialismo histórico, tínhamos como objetivo demonstrar que os autores não partilhavam de uma mesma tradição marxista. Estando vinculado à corrente de pensamento denominada estruturalista, Althusser atribuiu ao materialismo um caráter essencialmente científico – ciência aí entendida como conhecimento objetivo e superior às contradições da realidade histórica –, ao apresentar a sociedade como um todo estruturado, no qual a intervenção da atividade humana fica reduzida aos períodos de transição social. Ainda assim, vimos também que as análises da corrente althusseriana a respeito das lutas de classe, nestes períodos, são incipientes, isto é, não apresentam o mesmo rigor teórico presente nas formulações sobre o objeto do materialismo histórico.

Já o marxista italiano, preocupado em intervir socialmente, contribuiu para uma concepção materialista que tem como principal característica a luta política. Buscamos, de maneira geral, discutir como o conceito de *filosofia da práxis* é fundamental para

compreendermos o método de intervenção política proposto por Gramsci, uma vez que este conceito pressupõe uma relação indissociável entre teoria e prática.

Assim, conclusivamente, acreditamos que a concepção materialista de Gramsci dá conta da dinâmica social, já que percebe a história como um processo determinado, marcado por contradições e disputas políticas, vale dizer, lutas de classes. Certamente, o pensamento gramsciano está próximo do materialismo marxiano, uma vez que Karl Marx “aceitava as explicações físicas da origem da natureza e da vida, mas rejeitava as formas derivadas de argumento social e moral, qualificando a tendência inteira como materialismo *mecânico*.” Assim como Gramsci, a definição de materialismo histórico elaborada por Marx “incluía a atividade humana como força primordial.” (WILLIAMS, 2007:269).

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ALTHUSSER, Louis e BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global Editora, 1979.

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. & ESTABELT, R. **Ler O Capital**. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **Gramsci: entre Sartre et Althusser**. Les Temps Moderns, nº 234 (novembro de 1965).

SAES, Décio. **O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira**. In: MORAES, Joaquim de. **História do Marxismo no Brasil**, volume III. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.